



# SENADO FEDERAL

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 24, DE 2013

Altera os incisos XVIII e XIX do Art. 7º da Constituição Federal para ampliar os prazos da licença-maternidade e da licença-paternidade.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º** O inciso XVIII do art. 7º da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º. ....

.....

XVIII – licença-maternidade, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e oitenta dias.....” (NR)

**Art. 2º** O inciso XIX do art. 7º da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º. ....

.....

XVIII – licença-paternidade, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de quinze dias.....” (NR)

**Art. 3º** Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

A Constituição de 1988 determinou que cabe ao Estado a proteção à família e à maternidade.

Não foi por outro motivo que se instituiu ~~uma licença~~ legal a licença à gestante e a licença-paternidade.

Existe, entretanto, consenso na sociedade brasileira que os prazos dessas licenças, fixados no final da década de 1980, estão defasados, tanto no que se refere à necessidade das mães e crianças como à capacidade do Estado.

Impõe-se, assim, para preservar os princípios que informaram a elaboração de nossa Carta Magna, estender esses prazos, registrando que, no tocante à licença maternidade e à licença à adotante, um passo gigantesco já foi dado com a edição da Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008.

Esse é o objetivo da presente proposta, que busca tomar essa providência mediante alteração do texto constitucional.

Frise-se que a licença à gestante é cláusula pétrea, sendo protegida de alterações que visem à sua abolição. A alteração aqui proposta, ao contrário, busca ampliar esse direito.

Em texto, propomos a alteração da denominação de licença à gestante para licença-maternidade, termo mais adequado por abarcar não apenas a gestante como, também, a adotante. Propomos, ainda a extensão da licença-paternidade para quinze dias.

Com essas alterações, temos a certeza de que iremos avançar no sentido de assegurar os direitos dos trabalhadores e reafirmar o princípio constitucional da proteção da família.

Sala das Sessões,



Senador RANDOLFE RODRIGUES

Proposta de Emenda à Constituição - Altera os incisos XVIII e XIX do Art. 7º da Constituição Federal para ampliar os prazos da licença-maternidade e da licença-paternidade.

2- ~~Antônio~~ Diniz (PT- AM)

3- Rêno Tiquet

4- ~~\_\_\_\_\_~~ E. NOTARILDO

5- ~~\_\_\_\_\_~~ Ana Amélia (PP/RS)

6- ~~\_\_\_\_\_~~

7- ~~\_\_\_\_\_~~

8- ~~\_\_\_\_\_~~

9- ~~\_\_\_\_\_~~

10- ~~\_\_\_\_\_~~

11- ~~\_\_\_\_\_~~ - C. M. N. A. N.

12- ~~\_\_\_\_\_~~

13- ~~\_\_\_\_\_~~

14- ~~\_\_\_\_\_~~

15- ~~\_\_\_\_\_~~

16- ~~\_\_\_\_\_~~

17- ~~\_\_\_\_\_~~

18- ~~\_\_\_\_\_~~

19- ~~\_\_\_\_\_~~

20- ~~\_\_\_\_\_~~ ANTONIO CARLOS PR/SQ. PRODUÇÃO

21- ~~\_\_\_\_\_~~

22- ~~\_\_\_\_\_~~

~~\_\_\_\_\_~~

Proposta de Emenda à Constituição - Altera os incisos XVIII e XIX do Art. 7º da Constituição Federal para ampliar os prazos da licença-maternidade e da licença-paternidade.

23-

24-

25-

26-

27-

28-

29-

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Publicado no DSF, de 09/05/2013.